

Tropas e alianças de Alexandre de Moraes

Justiça Eleitoral investe em tecnologia, segurança jurídica e apoios institucionais para comandar o pleito de 2022. Na linha de frente, um exército de 1,7 milhão de mesários, quase metade voluntários. Na retaguarda, as presidentes do STF e do STJ

» LUANA PATRIOLINO

Diante das eleições mais tensas desde a redemocratização, o ministro Alexandre de Moraes, presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), estabeleceu uma blindagem ainda mais robusta ao processo eleitoral e ao Judiciário brasileiro. A quantidade recorde de mesários voluntários já indica a rede de proteção em torno do sistema. Neste ano, o número quase dobrou em relação a 2018 — serão 630 mil participantes, aumento de 48%.

Ao todo, 1,7 milhão de mesários foram convocados para comparecer às seções eleitorais, neste ano. Entre eles, 52% foram nomeados pela Justiça Eleitoral, enquanto 48% se candidataram para atuar por vontade própria.

De acordo com o último relatório Justiça em Números, divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) na última quinta-feira, a Justiça Eleitoral retine uma força de trabalho de 31.251 pessoas, sendo 20.823 servidores, 7.608 auxiliares e 2.820 juizes. Os dados são relativos ao ano de 2021.

Segundo o documento, o investimento anual é de mais de 187 milhões apenas em tecnologia, o que corresponde a um terço do total. Além disso, o TSE conta com mais 2.278 pessoas em seu quadro, a um custo de R\$ 130 milhões em informática. O orçamento da Justiça Eleitoral ultrapassa R\$ 6 bilhões por ano. Fernando Xavier, CEO da BaseJuris, destaca que o investimento é fundamental para garantir a lisura do sistema de votação. "Existem recursos e muitas pessoas envolvidas para garantir que o processo eleitoral ocorra de forma segura. Em 2022, serão mais de 1,7 milhão de mesários trabalhando nas eleições. Existe uma preocupação grande com a segurança dos próprios candidatos também", observou.

No comando da Corte há menos de um mês, o ministro Alexandre de Moraes investiu na criação de núcleos de inteligência e tem reforçado as campanhas de proteção às urnas eletrônicas. A estrutura é uma das maiores montadas no país.

Várias medidas já foram aprovadas pelo TSE visando à segurança dos eleitores e das seções eleitorais nos dias de votação em primeiro e segundo turnos. Estão proibidos o porte de armas a menos de 100 metros dos locais de votação e a entrada, na cabine da urna eletrônica, com telefone celular.

Desde que foi eleito, o presidente Jair Bolsonaro (PL) se queixa de fraude nas eleições de 2018 — nunca comprovada — e que a chapa dele teria ganhado em primeiro turno contra Fernando Haddad (PT). O chefe do Executivo chegou a sugerir que as Forças Armadas fizessem uma apuração paralela nas eleições deste ano, causando, mais uma vez, atrito entre os Poderes. É esse clima de beligerância que o TSE quer conter, com a ajuda de outras instituições.

A rede de proteção começou a ser estruturada ainda na gestão do ministro Luís Roberto Barroso. Em setembro do ano passado, o magistrado nomeou uma comissão com o objetivo de aumentar a participação de especialistas, representantes da sociedade civil e instituições públicas na fiscalização e auditoria do processo eleitoral.

Andreas Pinheiro/Secom/TSE



O presidente do TSE, Alexandre de Moraes, investiu em inteligência para identificar ameaças ao processo eleitoral e à segurança das urnas

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Rosa Weber assumirá o comando do Supremo na semana que vem

Gustavo Lima/STJ



Na presidência do STJ está a ministra Maria Thereza de Assis Moura



Deve-se assegurar que o Sistema Judiciário tenha poder para frear exorbitações tanto do Legislativo quanto do Executivo. Ou seja, precisa ter uma última chance para ações autoritárias"

André Rosa, cientista político

Temendo a repetição da onda de fake news vista do último pleito presidencial, o Judiciário também investiu criação de programas para educar a população a respeito do perigo das notícias falsas. Na gestão do ministro Edson Fachin (fevereiro a agosto de 2022), o TSE firmou e renovou parcerias com as principais mídias digitais, que passaram a defender com mais frequência a integridade do sistema publicamente.

Fontes ouvidas pelo **Correio** confirmaram que o tribunal tem um plano pronto para conduzir as eleições de outubro com o menor nível de turbulência possível, e para prevenir a Justiça em caso de cenários extremos. Bolsonaro já afirmou, em ocasiões passadas, que não iria aceitar o resultado do pleito, caso não lhe seja favorável.

O TSE também já tem engatilhadas reações e segurança jurídica em caso de ações de partidos com pedidos de impugnação da candidatura ou de cassação de chapa.

O consultor político Bruno Scobino, da Acropole Relações Governamentais, ressalta que o Judiciário, ao lado do Executivo e do Legislativo, deve estar preparado para preservar o Estado Democrático de Direito. "Uma de suas responsabilidades é regular o que as outras esferas de poder político podem ou não fazer, com a finalidade de impedir que o Estado tome ações inconstitucionais ou, até mesmo, autoritárias", destacou.

Scobino citou o papel moderador dos tribunais superiores, que devem estar atentos a qualquer inconstitucionalidade ou abuso de poder. "Essa é a ação

que o Judiciário deve cumprir quando achar necessário, assim como teorizado por Montesquieu, autor iluminista e pai da separação de Poderes", pontuou.

O cientista político André Rosa partilha do mesmo entendimento sobre o papel dos magistrados. "Deve-se assegurar que o Sistema Judiciário tenha poder para frear exorbitações tanto do Legislativo quanto do Executivo. Ou seja, precisa ter uma última chance a ações autoritárias", reiterou.

Mulheres no comando

Os personagens que estarão à frente da Justiça durante o pleito traçam estratégias para proteger a lisura do sistema de votação. Além de Moraes à frente do TSE, o Supremo Tribunal Federal

Time escalado

Ministros efetivos

- » Alexandre de Moraes (presidente) — STF
- » Ricardo Lewandowski (vice) — STF
- » Cármen Lúcia — STF
- » Mauro Campbell Marques (Corregedor) — STJ
- » Benedito Gonçalves — STJ
- » Sérgio Siqueira Banhos — Jurista
- » Carlos Horbach — Jurista

Ministros substitutos

- » Kassio Nunes Marques — STF
- » André Luiz de Almeida Mendonça — STF
- » Raul Araújo Filho — STJ
- » Paulo de Tarso Sanseverino — STJ
- » Maria Claudia Bucchianeri — Jurista

(STF) vai ser chefiado pela ministra Rosa Weber, a partir do dia 12 de setembro.

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) também tem um nome que ficará à frente da Corte durante as eleições. Maria Thereza de Assis Moura foi escolhida para ocupar o cargo no biênio 2022/2024. Ela é a segunda mulher a presidir o STJ na história. Luís Felipe Salomão foi designado para atuar como corregedor Nacional de Justiça, e o ministro Og Fernandes é o vice-presidente.

O TSE, tribunal máximo para as questões relacionadas às eleições, conta com sete ministros efetivos, sendo três oriundos do STF; dois escolhidos dentre os membros do STJ; e dois juristas. Atualmente, a Corte também tem cinco magistrados substitutos, estabelecidos pelos os mesmos critérios (confira no quadro acima).

Os magistrados têm lidado com uma guerra jurídica entre os candidatos. Desde o início da campanha, a Corte passou a receber inúmeros pedidos sobre supostas irregularidades dos presidenciais, principalmente, a respeito do comportamento nas redes sociais. São alegadas ofensas à honra, desinformação e propagandas irregulares.

Um dos casos de maior repercussão foi o da primeira-dama Michelle Bolsonaro. A ministra Maria Claudia Bucchianeri suspendeu, na semana passada, a exibição do comercial eleitoral do presidente no qual a mulher do candidato fala sobre a transposição do Rio São Francisco por 30 segundos. O argumento foi que a aparição extrapolou o limite de 25% do tempo total destinado a apoiar em propaganda eleitoral gratuita.

O STJ também determinou a remoção de uma publicação do Partido da Causa Operária (PCO) que associava a candidatura à presidência Simone Tebet (MDB) à morte de indígenas.

A Corte ainda negou um pedido da coligação do presidencialista Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para a remoção de vídeos do TikTok e do Facebook de Bolsonaro. A defesa do petista alegou que o conteúdo tem desinformação para "manipular a opinião pública".

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

Seção: Política **Página:** 2